

Presidente da Associação de Divulgadores do Espiritismo de Santa Catarina (ADE-SC)

Unidos contra o “Apartheid” Espírita

Marcelo Henrique Pereira, Mestre em Ciência Jurídica

Motivo de congratulações é o texto de capa do jornal “A Flama Espírita”, de Uberaba (MG), em sua edição de março/abril (número 2.766), intitulado “*Apartheid* Espírita”, e subscrito por Joamar Zanolini Narareth.

As considerações do articulista, que inova na aplicação de um conceito sócio-jurídico para o meio espírita, envolvem as atitudes de parte do movimento espírita que não tolera a convivência com os “diferentes”, promovendo ações contrárias aos próprios princípios básicos espiritistas, como a fraternidade e o respeito à liberdade espiritual de cada um.

Consta do texto, introdutoriamente, a explicação do termo *Apartheid*, de triste memória na civilização terrena, quando, em nome da segregação (preconceito) racial, a minoria de colonizadores brancos de um país africano (África do Sul) impunham severas (e ilegítimas) sanções à maioria negra, de 1948 a 1990. Joamar salienta, inclusive, que o vocábulo – antes restrito conjunturalmente – passou a significar e simbolizar todo e qualquer “[...] *preconceito contra pessoas, ideologias e pensamentos diferentes*”. E nisto, tem toda a razão.

Assim, em seguida, lista situações muito comuns na ambiência espírita, que enquadram ações ou omissões praticadas pelos espíritas contra os espíritas, as quais entendemos oportuno transcrever:

*“Infelizmente, dentro do próprio Movimento Espírita temos criado abismos entre: * os médiuns e os não médiuns (ostensivos); * os dirigentes e os colaboradores mais simples; * os intelectualizados e os pouco letrados; * os oradores de recurso e os tímidos da palavra; * os*

*experientes e os iniciantes; * os da madureza e os da mocidade; * os membros de um grupo e os pobres e carentes (só os encontramos no dia da tarefa); * os que pendem mais para determinado aspecto do Espiritismo (mais científico, mais filosófico, mais etc.) e os que estão mais ligados a outro aspecto.”*

A conseqüência é o isolamento, o afastamento, o trabalho fragmentado, quando não a perseguição e o combate (aberto ou dissimulado) em relação a quem “pensa ou age diferentemente”. Nós mesmos já sofremos isso na pele, recebendo direta ou indiretamente de certos dirigentes a seguinte admoestação: “Não. O Marcelo Henrique na nossa [minha] casa, não fala!” Ainda há pouco, um companheiro nosso, de destacada trajetória no movimento, médico e escritor espírita, pessoa amável e de postura conciliadora, tendo sido convidado a palestrar em dada instituição, depois de tudo programado e divulgado, foi “desconvidado” por dado dirigente, que entendeu ser o companheiro “muito político”, isto é, ter ligações político-partidárias (direito individual e de cidadania) e trabalhos “sociais” ou “filosóficos”, com os quais o dirigente não se afinizaria.

Vale salientar que não há “algemas” ou “amarras” no associativismo espírita e cada um se filia ou desfilia de grupos ou instituições de acordo com suas convicções. Por extensão, não há um “molde” espírita ao qual todos devam se adequar, muito porque em face de tanta diversidade espiritual – individual e coletiva – as pessoas costumam aplicar aos atos e instituições aquilo que entendam, particularmente, como bom, útil e proveitoso.

Historicamente, se constata na Humanidade o desejo pela “padronização” de comportamentos, e, em muitos casos, a imposição e o patrulhamento de consciências, em regimes mais totalitários ou despóticos e em organizações mais conservadoras. O controle, assim, passa pela “domesticação” das consciências. Até mesmo o Espiritismo – leia-se o movimento, ou seja, as próprias instituições locais ou maiores – está sujeito a isso, e, neste particular, são criados “modelos” de estruturas e “requisitos básicos” para a filiação e a participação. Nada contra, nem a favor, muito pelo contrário. Explicando: como todos são livres (em tese) cada um é capaz de discernir se estará (ou não) sujeito às “ordens” e “determinações” do movimento a que queira se filiar (ou manter-se, em última hipótese, adeso). O que não podemos, em nenhuma hipótese, admitir, é que um ou outro organismo seja o “verdadeiro”, o “oficial”, o “único” credenciado a “falar em nome do Espiritismo”.

Particularmente, somos contrários a todo e qualquer disciplinamento rígido e, por extensão, entendemos que as (poucas) normas devam ser gerais, atendo-se a aspectos que precisem ser disciplinados, como os constantes nos estatutos das instituições, cingidos às determinações legais vigentes em nosso ordenamento civil. No mais, toda e qualquer “disciplina” deve ser encarada com muito cuidado, porque as pessoas, infelizmente, com poderes “em suas mãos” acabam exorbitando, tornando-se orgulhosas e vaidosas, pelo pretense controle que possam ter sobre as outras.

Já é tempo de pensarmos em democratizar o movimento, adotando práticas de gestão colegiada e participativa, diminuindo o abismo que há entre presidentes ou gestores e os demais participantes (de diretoria, de grupos) e, até, dos próprios freqüentadores. Em todos os níveis, é imprescindível a adoção de métodos e políticas de participação constante (prévia, concomitante e posterior), com amplo acesso às informações pelo chamado “público de interessados” (associados, colaboradores, parceiros).

Noutra acepção, como o Espiritismo se baseia na lógica racional e no livre exame DE TUDO, impossível e descabido é qualquer tentativa de impor exigências ao “modo de pensar”. Há algum tempo, ouvi de um dirigente federativo, que a Doutrina Espírita não comportaria um “movimento de livres-pensadores” porque a própria doutrina é “livre-pensadora”. Ora, se a “mãe” é livre, seus “filhos” (adeptos e estudiosos) também o são e, portanto, devem, sim e sempre, colocar sob análise (eu diria até suspeita) toda e qualquer informação, seja proveniente de que fonte for. O próprio Codificador – mesmo considerando a imutabilidade das leis divinas aplicáveis a todos os mundos habitados – ressaltou a hipótese (muito palpável e visível, hoje, aliás) de algum(ns) ponto(s) da Obra Espírita estarem sujeitos à reavaliação e progressividade, em função da evolutividade individual e coletiva – que, neste caso, endereçaria os encarnados a novas incursões, novas análises e a resignificação de muitos conceitos e teorias, não porque elas estivessem “ultrapassadas” em si, mas porque a leitura (feita em 1857 e nos anos seguintes) não seria condizente com o *habitat* planetário do século XXI.

Mas, em contraponto, o que prescrevem, fazem e vociferam os dirigentes e “representantes oficiais” do Espiritismo em nosso país: - que a codificação é intocável; - que não há espírito encarnado com autoridade moral e espiritual para “complementar” ou alterar o conteúdo filosófico-científico espírita; - que, caso sejam necessárias novas

“revelações”, os Espíritos Superiores se utilizarão dos médiuns para ditar novas “verdades”. Ou seja, dogmatizamos o Espiritismo, por não permitir-lhe o suficiente arejamento de idéias e a saudável discussão de todos os seus pontos, ressalvados, é claro, os aspectos relacionados aos seus princípios ou fundamentos básicos (os quais, aliás, pertencem ao plano das realidades contidas nas Leis Universais).

Ao dogmatizarmos, criamos um abismo entre nós e os outros, ou, como bem ilustra Nazareth, o *Apartheid* que exclui, distancia, rotula, agride e impinge barreiras e condicionamentos desnecessários. Aplaudo, portanto, a frase mais categórica de seu texto: “[...] *Diferença significa exclusividade, e não inimizade*”. Isto mesmo, amigo, exclusivos são os próprios Espíritos, únicos, individuais, com bagagens distintas, com apreciações e visões particulares, que ninguém avilta ou desmerece. Cada um de nós compõe a análise que lhe é peculiar a cada momento e, mesmo considerando que não somos “intocáveis”, estamos sujeitos a influências do outro e do próprio meio social, na formação de nossas convicções.

Daí a pontuar que tal influência seja dirigida e obrigatória, moldando os “caracteres de um genuíno espírita”, conforme os padrões definidos por uma minoria que se assenhora dos processos e se julga donatária do conteúdo espírita-espiritual, jaz uma imensa e abismal diferença.

Felicíssima, por fim, a recomendação do articulista mineiro, com a qual encerramos este nosso Ombudsman, desejando que ela seja, daqui por diante, a sugestão (não a regra, nem a diretriz única) para nossos envolvimento com o outro, espírita igual a nós, por convicção, mas que pensa diferente – e tem direito inalienável a isso: *“Aproveitemos que estamos no trabalho dessa maravilhosa e especial Doutrina, e nos irmanemos dentro de nossos grupos, com os adeptos das várias correntes dentro do Espiritismo, com os defensores de outras ideologias religiosas, filosóficas e científicas, com os de gostos diversos em todas as áreas do pensamento humano.”*